



**AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE**

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
Rua Alexandre Herculano 37  
1250-009- LISBOA

S/ referência	Data	N/ referência	Data
		S056249-201809-ARHTO.DOLMT	
S10718-201807-DSOT		Proc. ARH-LX ARHT/DPIC1391.10/T	
		Proc. REN: ARHTO.PA.00425.2014	

**Assunto: Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere – Envio de Parecer**

No âmbito da revisão do PDM de Ferreira do Zêzere, a CCDRLVT solicitou à APA/ARHTO a emissão do parecer setorial sobre os elementos disponibilizados pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, com vista à emissão do parecer final da Comissão Consultiva da revisão do PDM e da qual a APA faz parte integrante.

O presente parecer enquadra-se no art. 85º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), nomeadamente, na apreciação dos seguintes aspetos:

- Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes;
- Parecer à delimitação da REN /Pedidos de exclusão
- Análise sobre o Relatório Ambiental

#### **A. CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS**

Relativamente à legislação aplicável no âmbito dos recursos hídricos destacam-se a Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, republicada pelo Decreto-lei n.º 130/2012, de 22 de junho), a Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, republicada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto), bem como o DL n.º 364/98, de 21 de novembro, relativo à obrigatoriedade dos PMOT delimitarem as zonas inundáveis nas áreas dos aglomerados urbanos.

De modo geral a proposta segue as orientações estabelecidas com vista à proteção e salvaguarda dos recursos hídricos nomeadamente na identificação e regulamentação das servidões em presença, bem como na proteção e pessoas e bens, considerando a delimitação das ZAC na delimitação da REN e das zonas inundáveis na planta de ordenamento conforme estipula o citado DL n.º 364/98, de 21 de novembro. Contudo também neste âmbito do cumprimento das normas legais, ao longo do presente parecer, serão indicadas diversas situações que devem ser esclarecidas/retificadas.

Refere-se que neste concelho não estão publicados quaisquer perímetros de proteção de captação subterrânea de abastecimento. Apenas na área afeta à albufeira do Castelo de Bode são identificadas duas captações superficiais cuja zona de proteção se observa delimitada na proposta de RPDM.

Em face do DL n.º 89/97, de 26 de Fevereiro, refere-se que atualmente não estão identificadas zonas adjacentes no concelho de Ferreira do Zêzere.

No âmbito do DL n.º 80/2015, de 14 de Maio (RJIGT) especificamente no que diz respeito aos elementos que constituem e os que acompanham o Plano, cumpre destacar que, no que diz respeito aos “Estudos de Caracterização”, a *Planta de Equipamentos* deve conter apenas representados os equipamentos que se encontram legalmente construídos, nomeadamente no que diz respeito aos “Centros Náuticos” (Dcn) e “Pontões/Embarcadouros” (De) identificados na zona da Albufeira do Castelo de Bode. O mesmo se aplica aos elementos representados na *Planta da Situação Existente*.

#### ✓ Regulamento

Além de outras observações que venham a ser efetuadas ao longo desta parecer e que devam ser reportadas para o regulamento do PDM, indicam-se de seguida várias observações a ponderar e/ou corrigir na proposta de regulamento analisada, sempre articulando as várias componentes da RPDM. Assim:

1. Tendo em conta o disposto na Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, republicada pela Lei n. 31/2016, de 23 de agosto (Lei da titularidade dos recursos hídricos), sobre o “Domínio Hídrico” propõe-se que na identificação das servidões que integram os “Recursos Naturais”, o subgrupo “Recursos Hídricos” (RH), seja subdividido do seguinte modo:

a) Domínio Hídrico

- Leitos e margens de cursos de água
- Leito da Albufeira de Castelo do Bode e respetiva margem (30m medidos a partir do NPA)

b) Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias

c) Zona de Terrestre de Proteção da Albufeira de Castelo do Bode (500m medidos a partir do NPA)

d) Zona Reservada incluída na Zona Terrestre de Proteção da Albufeira de Castelo do Bode (50m medidos na horizontal a partir do NPA)”

Salienta-se que esta subdivisão deve ficar articulada com as designações que existem ao longo da proposta de revisão, entre outras na planta de condicionantes.

2. Refere-se que na proposta em várias situações é mencionado “zona de proteção terrestre” devendo a mesma ser corrigida para “zona terrestre de proteção”.

3. A proposta de regulamento define e regulamenta as “zonas inundáveis”, deve contudo ser especificado/complementado/corrigido para “Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias”.

4. Sugere-se que o regulamento indique que na servidão de domínio hídrico e nas zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, todas as operações urbanísticas, entre outras ações que possam ser identificadas em regime específico, estão sujeitas a parecer/autorização prévio da entidade com jurisdição nessa matéria.

5. Na sequência do mencionado no anterior ponto 3, os art. 1º e 2º do regulamento devem referir-se às “zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias” e conter a definição constante da Lei da Água.

6. Tendo em conta a necessária correção que decorre do mencionado no ponto anterior, relativamente ao regime apresentado no art. 2º da proposta de regulamento para estas áreas, que abaixo se reproduz, concorda-se com a generalidade das normas, excetuando-se as que constam no n.º3 e n.º6 conforme se especificará posteriormente:

1. (...)

2. Nas zonas inundáveis é interdita:

- a) A alteração do relevo natural, salvo nas situações em que tal ação vise favorecer o controlo das cheias e a infiltração das águas;
- b) A alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas.

3. *Não é admitido o aumento da área de implantação de edificações existentes ou construção de novos edifícios, salvo nas áreas urbanas consolidadas, as quais correspondem a solo urbanizado, e em situações de colmatação ou remate do tecido edificado desde que sujeitas ao cumprimento dos seguintes condicionalismos:*
    - a) *A cota do piso inferior da edificação, independentemente do seu uso, terá de ser superior à cota local da máxima cheia conhecida ou com um período de retorno de 100 anos;*
    - b) *Não conter cave, nem aterros;*
    - c) *Não constitua obstrução à livre passagem das águas ou interfira negativamente com o fenómeno em causa.*
  4. *Nas zonas inundáveis é interdita a construção de edifícios considerados sensíveis, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2º do Decreto – Lei nº 115/2010, de 22 de outubro, bem como qualquer obra de edificação a eles relativa que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações.*
  5. *Nos passeios, calçadas, praças, ciclovias e estacionamento devem ser utilizados materiais permeáveis.*
  6. *Desde que legal e tecnicamente fundamentadas, excetuam-se do número anterior e sem prejuízo de legislação específica aplicável:*
    - a) *As ações que tenham como objetivo aumentar o controlo de cheias e a infiltração das águas;*
    - b) *As obras hidráulicas e a realização de infraestruturas públicas;*
    - c) *A instalação de equipamentos de utilização coletiva associados ao aproveitamento e utilização dos planos de água e das margens, para os quais seja demonstrada a inexistência de alternativa.”*
- 6.1. No n.º 2, deve ainda fazer-se menção às seguintes interdições em zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias:
- A construção de aterros, deposição de sucatas, vazamento de lixo e entulhos.
  - A construção de caves ainda que se destinem apenas a estacionamento.
- 6.2. A redação do n.º 3 é confusa e parece-nos não ir ao encontro do estipulado no PROTOVT para as zonas urbanas consolidadas ou em consolidação e que estão afetadas a ZAC. Deve ser efetuada a reformulação respetiva, tendo em conta o referido na diretriz n.º 6 do PROTOVT para as áreas territoriais sujeitas a “Riscos de cheia”: *“Interditar a construção de novas edificações em zonas ameaçadas por cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, exceto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir inscritos na matriz predial urbana, não devendo a área de implantação ser superior à anteriormente ocupada e salvaguardando que a cota do piso inferior da edificação seja superior à cota da maior cheia conhecida no local.”*
- 6.3. Não é clara a articulação do estipulado no n.º 6 com o “número anterior”, 5, julgando que se pretendia fazer referência ao nº 4, pelo que deve ser esclarecido.
- 6.4. A título informativo, e deixando à consideração da CM a eventual inclusão no seu PDM, referimos também que nas zonas ameaçadas pelas cheias ou zonas inundáveis, sem prejuízo do necessário enquadramento na categoria de solo em causa, são passíveis de aceitação:
- A título excecional, a construção de novos edifícios considerados indispensáveis à atividade agrícola, nas situações em que fique demonstrado não existir localização alternativa e o piso inferior tenha cota superior à cota local de máxima cheia conhecida.
  - A construção de edificações de infraestruturas de saneamento (exceto ETAR, e quando não seja exequível uma solução alternativa) devendo ser estabelecidas medidas de minimização de eventuais disfunções ambientais e paisagísticas, e infraestruturas da rede elétrica desde que sejam cumpridas as normas de segurança decorrentes do regime específico. Em ambas as situações deve ser promovida a não obstrução à livre passagem das águas.

- A demolição e reconstrução de edifícios existentes e construídos legalmente, desde que a área de implantação não seja superior à pré-existente e o piso inferior tenha cota superior à cota local de máxima cheia conhecida.
  - A implantação de eventuais estruturas ligeiras de apoio a espaços de recreio e de lazer.
7. No que diz respeito às **infraestruturas** de saneamento básico, além das normas indicadas no art. 29º e das que são identificadas no art. 21º para as áreas afetadas à zona de proteção da albufeira, deve ser integrado no mesmo art. 29º uma norma que traduza a medida de salvaguarda das massas de água subterrâneas mais vulneráveis à poluição hídrica, conforme adiante indicado no ponto alusivo ao PGRH do Tejo e Ribeiros do Oeste.
8. Na secção V, do Título III (salvaguardas) do regulamento é indicado o “Regime de Salvaguarda de Recursos Territoriais e Valores Naturais – Albufeira de Castelo de Bode” que se aplica a toda a área abrangida pela zona de proteção terrestre da albufeira. Referimos os seguintes aspetos:
- a) No art. 17º, n.º2, alínea c) é mencionado *“A construção de novos estabelecimentos de restauração e bebidas, a qual só é, em todo o caso, permitida nas áreas urbanas, nas áreas turísticas e nos equipamentos de apoio às atividades secundárias, os quais só podem ser ampliados desde que se destinem a melhorar as respetivas condições de funcionamento”*. Deve ser retirada a última parte da frase: *“os quais só podem ser ampliados desde que se destinem a melhorar as respetivas condições de funcionamento”*. Esta norma apresentada na alínea c) e também a da alínea seguintes, d), devem ser revistas de modo a serem compatíveis com o disposto nos artigos 8º, 19º, 20º, 21º e 25º do Regulamento do POACB, e ainda com o DL n.º 107/2009, de 15 de maio designadamente no que diz respeito ao art. 3º - definições, entre outros.
  - b) No art. 19º relativo às “Infraestruturas e equipamentos associados a recreio náutico”, n.º3 é mencionado *“As infraestruturas referidas na alínea d) ...”* Deve ser corrigida a alínea para “c)” uma vez que se quer reportar para os “postos de combustíveis”.
  - c) De igual modo no n.º 4, do art. 19º a redação deve referir-se às alíneas e) e f) do n.º 2, instalações sanitárias e balneários/vestiários respetivamente.
  - d) Ainda no art. 19º, no n.º6, quando se refere a necessidade de cumprir as disposições relativas ao saneamento básico dispostas “no presente capítulo”, deve especificar-se o artigo respetivo.
  - e) O art. 20º, relativo às “normas de edificabilidade e de construção” remete várias vezes para as normas previstas no “presente regulamento”. Tendo presente a necessidade de cumprir as regras constantes no “regulamento do POACB”, a redação deste artigo no regulamento do PDM deve acautelar essa concordância e a articulação /organização do próprio regulamento do PDM (esta situação identifica-se por exemplo nos n.º1, 2 e 3).
  - f) No art. 21º relativo ao “saneamento básico”, na alínea b) é mencionado, tal como consta no regulamento do POA, *“Para as construções localizadas na restante área de intervenção, a instalação de fossas estanques com uma capacidade superior ou igual a 25 m3 ou em alternativa a instalação de fossas sépticas associadas a poços absorventes, cujo dimensionamento tem de ser efetuado e licenciado caso a caso em função da realização de ensaios específicos de permeabilidade dos terrenos”*. Atente-se contudo que uma parte da zona de proteção está afeta a AEPRa pelo que em função do disposto no PGRH, conforme será referido adiante neste parecer, não são autorizados sistemas de rejeição por infiltração no solo. Pelo que tal deve ficar esclarecido.
  - g) No capítulo II “Turismo em solo rústico” é mencionado no art. 48º, n.º4 *“Admite-se complementarmente aos empreendimentos turísticos referidos nos números anteriores a instalação de campos de golfe, nos termos previstos no n.º 3 do artigo seguinte.”* Refira-se que na zona

terrestre de proteção à albufeira a instalação ou ampliação de campos de golfe, quando não sujeitos a avaliação de impacto ambiental, fica sujeita a parecer prévio vinculativo da “ARH territorialmente competente” conforme dispõe o DL n.º 107/2009, de 15 de maio. Nesse sentido, a proposta de regulamento da RPDM deve acautelar esta cláusula.

- h) No art. 69º relativo ao “Uso e Ocupação do solo” em “Espaço de ocupação turística”, onde é mencionado a “secção VII”, supõe-se que se quer referir à “Secção V” relativa ao regime de salvaguarda da zona de proteção da albufeira. Deve ser corrigido.
- i) No art. 70º relativo ao regime de edificabilidade aos espaços de ocupação turística, no n.º 3 é feita a remissão “para o artigo anterior”, Contudo deve ser revisto e indicado especificamente o n.º do artigo. De facto no RPOACB no art. 21º, “Uso turístico” é mencionado esta expressão “para o artigo anterior” que coincide com o art. 20º do mesmo regulamento mas relativo aos “usos urbanos”.
- j) No n.º 3, do art. 90º relativo ao “Espaço Urbano de Baixa densidade”, onde se lê “As áreas urbanas, inseridas na área de regime de salvaguarda da albufeira de águas públicas de Castelo de Bode, regem-se pelas seguintes disposições”, deve remeter também, de modo claro, para a aplicação das disposições do regime de salvaguarda do regulamento para a zona de proteção à albufeira.
- l) Conforme adiante se mencionará deve ser revista a redação dos artigos relativos às categorias de Espaços florestais e de Espaços Agrícolas articulando as disposições que se aplicam no RPOAB sobre os mesmos usos.

## **B. CONFORMIDADE OU COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA DE PLANO COM OS PROGRAMAS TERRITORIAIS EXISTENTES**

- ✓ **Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode (POACB) publicado pela RDM n.º 69/2003, de 10 de maio**

A proposta de ordenamento de modo geral respeita a ocupação do solo na zona de proteção terrestre da albufeira, no que diz respeito ao Usos florestais e Usos naturais e paisagísticos, bem como a delimitação desta zona de proteção, e, da zona reservada da albufeira. Contudo, constata-se que a proposta contraria várias situações afetas a este regime de proteção, identificadas e regulamentadas no POACB.

Nomeadamente observam-se alterações a várias áreas urbanas e áreas de usos turístico. Destacam-se o aumento da área de uso turístico “Lago Azul” sobre áreas de uso agrícola; e, a alteração ao perímetro de Dornes, em que é apresentado um ligeiro aumento da sua extensão em direção à Zona reservada da albufeira, e uma diminuição a montante. Os perímetros de uso urbano Casal do Outão, Ascenso Antunes, Martinela (Águas Belas) e Rio Fundeiro também aumentam a área prevista no POACB. Observando-se também casos de diminuição do respetivo perímetro em relação ao previsto no POA, como é o caso de Vale do Serrão, Rio Cimeiro, Barrada, Maxial, Pombeiro e Casal. Neste caso específico naturalmente a pressão sobre os RH será de menor impacto do que o previsto atualmente no POA, contudo nas restantes áreas mencionadas o uso urbano ou o uso turístico expandem-se essencialmente para solos afetos a uso agrícola, e por vezes afetos à Zona reservada da albufeira. Ainda que possam ser áreas relativamente reduzidas como é o caso na Castanheira (cerca de 468m² de área de “Espaços Urbanos de Baixa Densidade” sobre áreas de “Usos agrícola – área envolvente à albufeira” previstas no POACB) considera-se que tais situações serão de ponderar de forma integrada, em sede de elaboração do Programa Especial da Albufeira.

Pelo que, presentemente, em face do estipulado no POACB e na Lei n.º Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), as disposições os PEOT devem ser vertidas no PDM não sendo possível a emissão de parecer favorável sobre a proposta de revisão do PDM em apreço.

Nesse sentido referimos ainda o seguinte:

- Sublinha-se que as normas regulamentares devem também estar de acordo com as do POA, em consonância com as orientações constantes na tabela elaborada pela CCDRLVT aquando do procedimento de transposição para os PMOT.
- Deve atender-se às normas que se aplicam à Zona de terrestre de proteção da albufeira, na área administrativa deste concelho. Salienta-se que há informação que não será de constar no PDM, sendo desconforme com POA, nomeadamente o que diz respeito aos usos no plano de água. Observa-se que na *shapefile* foi indicado no plano de água “zonas de navegação livre”, contrariando até o disposto no POA que em algumas zonas do plano de água, neste concelho, estipula como “Zona de navegação restrita”.
- As várias peças que integram a Revisão do PDM devem estar devidamente articuladas. Destacamos que a *shapefile* do ordenamento contem a “área de proteção à zona de recreio balnear” localizada a montante de Castanheira, identificada como “Espaço destinado a outras ocupações”, devendo ser corrigida. Por outro lado, estranha-se a inclusão nesta categoria “Espaço destinado a outras ocupações”, as “Zonas de recreio Balnear” e as “agropecuárias” por exemplo, julgando-se conveniente a sua reformulação.
- Deve ser verificado o número de “centros náuticos” representados na planta de ordenamento, parecendo-nos estar em falta a representação de alguns, pelo menos junto a Castanheira/Lago Azul.
- Para além dos aspetos atrás mencionado no “regulamento”, deve articular-se melhor a identificação das zonas de uso agrícola classificadas no POA com a categoria prevista na RPDM, “Espaços agrícolas de produção”. Nomeadamente nas regras a aplicar quando afetas à Zona de proteção à albufeira. Por exemplo segundo o estipulado no POA não são autorizadas nesta faixa de proteção e no solo rústico “explorações pecuárias” ou “qualquer tipo de indústria” como está proposto no art.56º para o “espaço Agrícola de Produção”. O PDM deve absorver as regras constantes no art. 21º do RPOACB quando ao “uso agrícola”,
- De igual modo deve ser revista a identificação e regulamentação das áreas de uso florestais, que na planta de ordenamento passam a integrar a categoria “Espaços florestais de produção” ou “Espaços florestais de conservação”, de modo a articular a proposta com o estipulado no art. 23º do RPOACB relativo aos “Usos Florestais”.

Por fim, e neste âmbito, refere-se a título informativo, que a elaboração do Programa Especial da Albufeira do Castelo de Bode foi determinada pelo Despacho n.º 5797/2018, de 12 de junho; constando o Município de Ferreira do Zêzere no conjunto de entidades que constituem a comissão consultiva deste procedimento.

- ✓ **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRHT)** publicado pela RCM n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016.

Este Plano apresenta um conjunto de medidas de proteção e salvaguarda dos recursos hídricos, os quais devem ser absorvidas pelo PDM, conforme dispõe o Art. 17º da Lei n.º 58/2005, de 29/12 (Lei da Água).

Atendendo a que este concelho é parcialmente abrangido por massas de água subterrâneas de características cársicas (Sicó-Alvaiázere), destaca-se a medida com o código *PTE1P05M04\_SUB\_RH5* relativa à interdição de rejeição de águas residuais através de sistemas de infiltração no solo em massas de água subterrâneas cársicas. Paralelamente esta medida aplica-se também às áreas classificadas na REN como “Áreas Estratégicas de Proteção e de Recarga de Aquíferos” (AEPR).

Nesse sentido, referimos a conveniência do regulamento do PDM clarificar a articulação/identificação das categorias que contenham áreas edificadas em AEPR (mesmo os casos, cujo pedido de exclusão desta tipologia venha a ser aceite), de modo a incluir a seguinte norma:

“Deve ser garantida a ligação à rede pública de drenagem de águas residuais domésticas. Em caso de impossibilidade, deve ser apresentada previamente à entidade com jurisdição na matéria, solução alternativa para o tratamento das águas residuais, não sendo autorizados sistemas por infiltração do solo.”

Como exemplo de aplicação, indicamos desde já categoria “Aglomerados Rurais”, nos casos que foram sujeitos a pedido de exclusão da REN-AEPRA.

- ✓ **Plano de Gestão de Riscos de Inundação (PGRI)** publicado pela RCM n.º 51/2016, de 20 de setembro, republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, de 18 de novembro.

O concelho de Ferreira do Zêzere localizado na bacia hidrográfica do rio Tejo não integra nenhuma das quatro zonas críticas identificadas no PGRI -1º ciclo.

No entanto, tendo em conta o objetivo deste plano que visa reduzir o risco associado à ocorrência de cheias e inundações, e a implementação de medidas de carácter preventivo e de proteção a pessoas e bens, considera-se que deve ser devidamente considerado em sede de planeamento e identificado no art. 4º do regulamento da RPDM, relativo aos “Instrumentos de Gestão Territorial a observar”.

- ✓ **Plano Regional de Ordenamento do Território Oeste e Vale do Tejo**, publicado pela RCM n.º 64-A/2009, de 6 de agosto, e retificada pela Declaração de Rectificação n.º 71-A/ 2009, de 1 de novembro.

Relativamente a este plano, e no âmbito das competências da APA sobre os recursos hídricos, destacamos que uma das diretrizes para a unidade territorial, em que se enquadra este concelho, unidade “12b. Médio Tejo Florestal Sul”, e diretriz n.º 2, visa “Promover o turismo sustentável na albufeira de Castelo do Bode, garantindo a compatibilização de usos na albufeira e envolvente, assegurando a qualidade da água.

Tendo presente o que é mencionado anteriormente sobre as áreas turísticas que estão abrangidas pelo regime de salvaguarda e de proteção àquela albufeira, julga-se necessário ponderar a delimitação das zonas turísticas de modo a não colidir com o estipulado no POACB, nomeadamente quando a área se expande para solo com ocupação agrícola.

## **C. RESERVA ECOLÓGICA MUNICIPAL**

### **✓ REN bruta**

Sobre a proposta de delimitação da REN bruta de Ferreira do Zêzere, a APA/ARHTO emitiu anteriormente pareceres, a coberto dos nossos seguintes ofícios: S52684-201410-ARHTO.DOLMT, S051836-201509-ARHTO.DOLMT e S003753-201701-ARHTO.DOLMT.

Através deste último ofício havia sido emitido parecer de teor favorável sobre as Áreas Estratégicas de Proteção e de Recarga de Aquíferos (AEPRA) e Albufeiras que contribuam para a conectividade hidráulica e coerência ecológica da REN, respetivos leitos, margens e faixa de proteção; e favorável condicionado aos esclarecimentos e correções indicadas sobre a tipologia Cursos de Água e respetivos Leitos e Margens (CALM).

A delimitação as “Zonas Ameaçadas pelas Cheias” (ZAC) e “Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo” (AEREHS) careciam ainda de vários esclarecimentos, de modo a poder ser emitido o parecer solicitado.

Atualmente, analisada a memória descritiva e respetivas *shapefiles* que dizem respeito à delimitação das tipologias atrás referidas, constatamos o seguinte:

### **- Cursos de Água e respetivos Leitos e Margens**

A delimitação desta tipologia segue os critérios identificados nas orientações estratégicas tal como se havia já verificado. Sobre os aspetos mencionados no nosso parecer anterior e que careciam de correção,

constata-se que foram corrigidos e esclarecidos parcialmente, nomeadamente no que se refere à delimitação do curso de água até à cabeceira e a inclusão de alguns leitos de cursos de água associados a zonas ameaçadas pelas cheias. Contudo observam-se ainda algumas situações que devem ser corrigidas. Nesse sentido, reitera-se que a delimitação do curso de água da ribeira afluente da margem esquerda da ribeira de Murta, junto do limite com o concelho de Alvaiázere (fig1 do nosso parecer anterior): continua a não coincidir com a delimitação da carta militar, não nos parecendo também estar de acordo com o existente no terreno. Deve ser corrigida.

Relativamente aos troços dos cursos de água a classificar e que se encontram entubados sem possibilidade de renaturalização, e consequentemente não integram a REN, observa-se que em algumas situações a extensão desses troços parecer ser maior do que o representado. Por exemplo, perto da zona industrial de Lameiras há cursos de água (rib<sup>a</sup> da Lousã) a integrar a REN que aparentemente apresentam troços entubados com extensão superior à que é representada na proposta. Reitera-se que sejam verificados e devidamente representados os troços entubados que não são passíveis de renaturalização. Tanto mais que se verificou que alguns casos coincidem com áreas a excluir da REN (por exemplo a mancha identificada como U37).

Mantem-se a aceitação da delimitação desta tipologia condicionada à correção dos aspetos atrás mencionados.

**- Albufeiras que contribuam para a conectividade hidráulica e coerência ecológica da REN, respetivos leitos, margens e faixas de proteção**

A delimitação desta tipologia coincide com a que foi anteriormente aceite. Solicita-se apenas uma pequena correção de modo a ajustar o plano de água/leito junto da confluência com a rib<sup>a</sup> de Cains (carta militar 311).

A MD mantém a descrição dos critérios de delimitação em consonância com as orientações estratégicas publicadas pela RCM n.º 81/2012, de 3 de outubro, e retificadas pela Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro.

**- Áreas Estratégicas de Proteção e de Recarga de Aquíferos**

A delimitação mantém a área anteriormente delimitada e respetivos critérios anteriormente aceites.

**- “Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo”**

Relativamente a esse parecer considera-se que foi dada resposta à maioria das questões colocadas, sendo, no entanto, ainda de referir que:

- K – sugere-se que os valores de k obtidos de fontes diferentes da publicação de Pimenta 1998 estejam assinalados, de modo a poder ser efetuada uma verificação dos mesmos;
- LS – Relativamente aos valores de  $\lambda$  obtidos a partir no mapa de fluxos acumulados, considera-se desnecessária a sua conversão para pés, na medida em que, encontrando-se esses valores (mapa de fluxos acumulados) em metros, pode ser utilizada a fórmula correspondente (em que  $\lambda/22,3$  e não  $\lambda/72,6$  conforme a versão o que o relatório refere) – ver Guia da CCDR LVT, pág. 51 e 53 e pág. 51;

A proposta não refere nem considera a Recomendação Técnica CNT 11-11-2017. Na medida em que terá sido elaborada antes dessa data (embora entregue para apreciação depois da sua publicação), entende-se deixar ao critério da CCDRLVT a adaptação da proposta ao estabelecido nessa RT.



Considera-se de aceitar a proposta de delimitação das AEREHS, sendo este parecer condicionado ao da CCDRLVT conforme acima referido.

**- “Zonas Ameaçadas pelas Cheias”**

No que diz respeito ao Estudo hidrológico, apesar de alguns esclarecimentos adicionais, como por exemplo ser referido no ponto “6. Identificação de áreas ameaçadas por cheias” que foi utilizado também o “software HECRAS 5.0.3 para modelar o escoamento superficial ao longo das bacias hidrográficas relevantes e determinar áreas potencialmente inundáveis”, considera-se que o estudo continua vago na fundamentação a apresentar para as ZAC propostas nomeadamente as que afetam áreas de solo urbano, ou áreas construídas em solo rústico.

Observa-se que na generalidade as ZAC apresentadas ocorrem em áreas que não são edificadas, contudo nas áreas urbanas ou áreas construídas em solo rústico afetas a ZAC, importa conhecer e indicar a cota atingida pela máxima cheia ocorrida no local, no período de retorno de 100 anos. Designadamente nas seguintes situações:

<b>Povoação/área construída</b>	<b>Ribeira associada à ZAC identificada</b>
Avecasta	Afluentes da ribeira da Murta
Chãos	Ribeira de Chãos
Jamprestes	Ribeira de Fervença
Ceras	Ribeira de Ceras
Próximo da instalação pecuária em Entre Águas	Ribeira da Água de Alta (afluente da albufeira próximo a Dornes)

Assim e em consonância com o parecer anteriormente emitido por esta ARH, de novo se refere que:

- O estudo hidrológico e hidráulico a apresentar, deve fundamentar cada ZAC proposta nomeadamente nos locais acima identificados, descrevendo e explicitando os dados, parâmetros e cálculos que estão subjacentes à respetiva delimitação.
- Caso necessário poderá também recorrer-se a informação relativa a estudos hidrológicos/hidráulicos eventualmente disponíveis para o concelho.
- A MD deve estar articulada com a proposta de delimitação, contendo o registo de cotas de máxima cheia atingida, e o respetivo local, sendo esta informação atualmente apenas verificada através da *shapefile* da altimetria.

Também como mencionado no parecer anterior, a delimitação deverá ser suportada pelo levantamento atualizado de ocorrências de cheia no território municipal e de eventuais situações de estrangulamentos à circulação das águas. Registe-se que na MD é mencionado uma delimitação de ZAC que teve parecer favorável da CCDRLVT em 2006, e que se entende ter sido efetuada com base nos critérios do DL n.º 93/90 de 19 de março. De novo se salienta que no levantamento de ocorrências, deverá ser conhecida a data e a cota da maior cheia conhecida para o local, e sempre que possível definido o período de retorno que lhe esteja associado.

Acresce ainda referir os seguintes aspetos:

- Apesar da MD não referir o plano gestão de riscos de inundação na região hidrográfica do Tejo e das ribeiras do Oeste (RH5), informa-se que o concelho de Ferreira do Zêzere não está associado a nenhuma das zonas críticas identificada no 1º ciclo daquele PGRI.
- A proposta atual da delimitação das ZAC apresenta uma redução das áreas afetas a esta tipologia. Nomeadamente de 312,41ha passou para 226,78ha, não sendo contudo explicitado na MD a justificação de tal redução, devendo sempre ser esclarecido este tipo de situações.

- Relativamente à versão anterior observa-se que algumas manchas de ZAC foram corrigidas e ajustadas à morfologia e topografia do local, contudo continuam a existir outras que carecem de aferição. Como exemplo, refere-se uma zona ameaçada pelas cheias, associada à rib<sup>a</sup> da Murta, localizada a nordeste de Avecasta e no limite deste concelho com o de Alvaiázere.

Neste contexto considera-se que a proposta da delimitação deve ser melhor fundamentada e reformulada pelo que se emite parecer favorável condicionado à realização de reunião de concertação e à correção e aprofundamento dos aspetos atrás mencionados.

#### ✓ Pedidos de Exclusão

A APA/ARHTO emite parecer sobre os pedidos de exclusões que incidam nas tipologias atrás identificadas. Mesmo nas situações em que a tipologia careça ainda de revisão foi efetuada análise e emissão de parecer, destacando-se os pedidos de exclusão que interferem com a Zona de proteção terrestre da albufeira de Castelo do Bode. Relativamente à apresentação e fundamentação dos pedidos de exclusão, considera-se que será de seguir o estipulado no RJREN nomeadamente na identificação e designação das áreas efetivamente já comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas) e as áreas que se pretendem excluir para supressão de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas; designadas normalmente por "C" e "E" respetivamente.

Constata-se que basicamente a proposta de exclusões identifica e agrupa os pedidos de exclusão que estão em solo urbano "U(...)" e solo rústico "R(...)".

Quando são afetadas várias tipologias, deve ser especificada a área a excluir de cada uma, contrariamente ao que foi apresentado que inclui o valor da área total da mancha em REN em que a área de exclusão se insere.

Também a indicação da percentagem total de áreas a excluir deve ser feita de modo independente por cada tipologia, pelo que será de corrigir a tabela 3 constante no relatório das exclusões.

A apreciação e parecer sobre cada pedido de exclusão consta na tabela anexa a este parecer, salientando-se simultaneamente os seguintes aspetos:

- No caso de sobreposição de tipologias, na mesma mancha, a emissão do parecer da APA fica condicionado ao parecer da CCDRLVT entre outros quando o pedido de exclusão incida sobre a tipologia Áreas de Instabilidade de Vertentes (AIV), única tipologia sobre a qual estes serviços não se pronunciam.
- Sobre os pedidos de exclusão apresentados referimos que não é aceite o pedido de exclusão de manchas que estejam abrangidas por ZAC e/ou CALM. Qualquer mancha que esteja afeta a uma destas tipologias e outras que se lhe sobreponham, não é igualmente aceite, exceto caso devidamente identificado na supracitada "tabela de exclusões".
- No caso das áreas que se pretendem excluir e que apresentam valores inferiores a 500m<sup>2</sup>, desde que não estejam abrangidas por ZAC e/ou CALM, ou desde que não estejam integradas na Zona de proteção terrestre da Albufeira do Castelo de Bode, consideram-se de aceitar, uma vez que, salvo caso devidamente identificado na "tabela de exclusões", não se considera significativo o impacto sobre a coerência sistémica da REN.

Em suma, destacamos da tabela de exclusões as manchas que coincidem com a zona de terrestre de proteção à albufeira o Castelo de Bode, sobre as quais emite-se:

- **Parecer favorável sobre as manchas U8, U9, U10, U13, U14, U30, U31, U33, U72, U87, U88, U89, U108 e U109;**
- **Parecer favorável condicionado sobre as manchas U4 e U6;**
- **Parecer desfavorável sobre as manchas U2, U3, U5, U43, U47, U111, U112.**

## **D. RELATÓRIO AMBIENTAL**

Após apreciação ao relatório ambiental tecem-se as seguintes considerações:

1. Considera-se que o Relatório Ambiental (RA) apresenta, na generalidade, uma estrutura e conteúdo adequados e de acordo com o previsto na legislação aplicável e com as Boas Práticas preconizadas para o efeito.
2. Os Documentos Estratégicos oferecem um bom enquadramento das políticas e medidas necessárias para uma boa execução da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere. Contudo, o Quadro 2 não está coerente com o Anexo 2 do RA, nomeadamente na referência ao QEPIC e à ENAAC, que não constam do Quadro referido. Assim, neste Quadro deve referir-se:
  - “Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030 (PNAC 2020-2030)”;
  - “Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)”.
3. Sugere-se ainda ter em conta no QRE:
  - Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
  - Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de Agosto;
  - Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) e Plano de Gestão dos Riscos e Inundações (PGRI), aprovados respetivamente pela RCM n.º 52/2016 e RCM n.º 51/2016, de 20 de setembro.
4. Ainda relativamente ao QRE, devem substituir-se as várias referências a “Quadro de Referência Externo”, que aparecem ao longo do documento, por “Quadro de Referência Estratégico”.
5. A versão final do RA deverá verificar adicionalmente a afinidade das Questões Estratégicas definidas para a Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos Estratégicos estabelecidos para os Planos e Programas sugeridos anteriormente para o QRE.
6. Relativamente à identificação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), o “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental” (2012) recomenda que deve ser feita através de um esforço de síntese para que os FCD sejam poucos mas holísticos, integrados e focados. E avança que, para que seja assegurado o foco estratégico da avaliação ambiental, o número de FCD deve ser entre três e cinco, nunca ultrapassando os sete. Assim, julga-se que os oito FCD definidos na AAE da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere são excessivos e que alguns deles poderiam ser reformulados, de forma a considerar várias temáticas consideradas importantes para a decisão.
7. Do mesmo modo o Guia referido recomenda que os domínios ou critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam por sua vez também limitados a dois ou três por critério de avaliação, de modo a que seja possível manter o foco estratégico inerente a uma AAE.
8. Ainda de acordo com as Boas Práticas em matéria de AAE, recomenda-se que, para além das autoridades ambientais e de saúde a consultar nesta fase do procedimento, o RA identifique igualmente o público-alvo e as ONG que eventualmente se poderão pronunciar sobre o documento em análise.
9. Quanto ao Programa de Gestão e Monitorização Ambiental (capítulo 8), salienta-se que o número de indicadores para monitorização do Plano no âmbito da AAE é excessivo e poderá impossibilitar a avaliação anual, conforme previsto no art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. As boas práticas apontam, a título indicativo, 20 indicadores de monitorização enquanto o RA em análise apresenta mais de 80 indicadores.
10. Questiona-se que informação é que será obtida para muitos dos indicadores apresentados, relativamente aos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução da revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

10.1 Destaca-se o FCD5- Qualidade Ambiental, onde se observa a integração do Domínio "Água", entre outros (Resíduos, sol, etc). No critério *"Promover a valorização e enquadramento dos recursos hídricos."* são apresentados os seguintes indicadores:

- *Locais com interesse para o lazer associados ao rio Zêzere com utilização qualificada efetiva ou potencial.*
- *Âncoras de estadia (mobiliário urbano, infraestruturas, percursos pedonais, pontos de vista, comércio, restauração) para recreio e lazer.*

Julga-se conveniente repensar estes indicadores na medida em que não se entende como se enquadram neste FCD, Qualidade Ambiental. Sugere-se a inclusão de indicadores que permitam avaliar o estado das águas balneares, o estado das galerias ripícolas existentes nas margens, o estado de conservação das margens, por exemplo.

10.2 Neste mesmo FCD é apresentado um objetivo de sustentabilidade (OS) designado por "Qualidade da água para consumo humano", será mais ajustado "Promover o bom estado das águas para consumo humano", tendo como indicadores a avaliação e comparação dos parâmetros das análises efetuadas periodicamente.

10.3 De igual modo sobre o OS "Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais." Será mais adequado considerar "Promover o bom estado das águas subterrâneas e das águas superficiais".

10.4 Salienta-se também a inclusão de um FCD relacionado com os "Riscos Naturais e Tecnológicos". Um dos critérios designa-se por "Gestão das áreas inundáveis", cujos indicadores são os seguintes "Ocorrência de situações de cheias", "Identificação das áreas em risco de cheia." e "Meios para alerta de cheias". Quando se fala em cheias deve ser designado também as "inundações", "cheias e/ou inundações"

11. Quanto ao Quadro de Governança, a APA apresenta outras competências relacionadas com as temáticas tratadas na AAE da Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere para além das que estão explanadas no Quadro 78 do RA, designadamente em termos de Alterações Climáticas, Ar, Resíduos e Ruído.
12. Julga-se que o primeiro parágrafo das "Considerações Finais (capítulo 9) deverá ser revisto, uma vez que este documento não diz respeito à primeira fase do procedimento de AAE.
13. De referir ainda que não recebemos nenhum Resumo Não Técnico relativo ao RA em análise, como previsto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007.
14. Por fim, importa referir que, em simultâneo com a versão final da revisão do PDM de Ferreira do Zêzere deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas. Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Nesse sentido, damos nota de que no portal da APA se encontram orientações para a elaboração da mesma:  
[http://www.apambiente.pt/\\_zdata/AAE/Responsabilidades/Dec\\_Amb.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/AAE/Responsabilidades/Dec_Amb.pdf).
15. Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA.
16. Sugere-se que, aquando da publicação do Aviso que aprovará a Revisão do PDM em Diário da República, seja feita referência ao facto deste Plano ter sido sujeito a um procedimento de AAE.
17. Face ao acima exposto, concorda-se na generalidade com o Relatório Ambiental agora disponibilizado, julgando pertinente que o Relatório Ambiental Final, a desenvolver na sequência das

consultas institucional e pública, incorpore as sugestões e recomendações mencionadas no presente parecer.

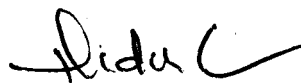
#### **E. CONCLUSÃO**

Em face do exposto, comunica-se que a APA/ARHTO emite os seguintes pareceres:

- RPDm - Parecer desfavorável, uma vez que a proposta não se conforma com o POACB, apresentando alterações ao uso do solo, entre outros, destacando-se a expansão da área de uso turístico (Lago Azul) para áreas de uso agrícola.
- REN - Parecer favorável sobre a delimitação das tipologias AEPRA e AEREHS;
  - Parecer favorável às tipologias CALM, ZAC e Albufeiras (...), condicionado à realização de reunião de concertação e retificação/esclarecimento dos aspetos mencionados neste parecer;
- REN / Pedido de Exclusões – Parecer emitido para cada mancha conforme consta na tabela em anexo a este ofício
- Relatório Ambiental – Parecer favorável condicionado à retificação dos aspetos supra mencionados e inclusão/articulação com Resumo Não Técnico a apresentar.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste



Ilídio Loução

Anexo: Tabela dos pedidos de exclusão da REN